

Denúncia sobre pataxós chegará à OEA

Relato em Washington sobre esterilização de índias pode repercutir em festejos de 500 anos do Brasil

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. A denúncia de esterilização de mais de 60 índias pataxós do Sul da Bahia será apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) à Organização dos Estados Americanos (OEA) dia 7 de outubro, em Washington, na centésima sessão ordinária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Cimi quer provar que o Governo brasileiro descumpriu uma convenção internacional de direitos humanos, à qual aderiu em abril de 1952. A convenção considera o genocídio — ação com o intuito de destruir um grupo étnico — crime contra o direito internacional. O assessor jurídico do Cimi, Cláudio Luiz Beirão, escolhido para levar a denúncia à OEA, sustentará que a esterilização em massa de índias pataxó pode provocar o extermínio da comunidade indígena.

Situação irreversível causada pela cirurgia agrava crime

O relato preliminar apresentado pela equipe da Funai — um ginecologista, um antropólogo e um advogado — mostra que a situação é mais grave do que se imaginava. Exames constataram que muitas índias não poderão reverter as laqueaduras de trompas e, conseqüentemente, não poderão ter filhos.

A série de reportagens publicadas pelo GLOBO sobre as cirurgias de laqueaduras tubárias em índias é a base da denúncia que será entregue à OEA. As índias acusam o deputado federal Roland Lavigne (PFL-BA) de ter patrocinado as operações em troca de votos e com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).



PATAXÓS PATRULHAM a Fazenda Paraíso, que ocuparam na Bahia; a retomada de suas terras depende da Justiça

— O fato de as cirurgias serem irreversíveis revela que houve mesmo a tentativa de esterilização. Isso agrava a situação criminal dos responsáveis na Justiça e na OEA — afirma Beirão.

— É um crime oferecer laqueadura de graça a uma mulher pobre que não conhece outros métodos contraceptivos. É uma chantagem — diz o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Agop Kayayan.

A denúncia chega à OEA no momento em que o Brasil prepara uma festa de repercussão internacional para comemorar o quin-

to centenário do descobrimento. Primeiros habitantes da área de Santa Cruz de Cabrália, marco do descobrimento do Brasil pelos portugueses, os pataxós não têm hoje, quase 500 anos depois, motivo para comemoração: vivem na miséria. Por trás de problemas como a esterilização de mulheres e as condições precárias de saúde e educação está um conflito sangrento entre índios e fazendeiros que disputam a posse de 54 mil hectares da reserva pataxó.

Os marcos históricos da reserva pataxó, localizados por peritos judiciais mês passado, confirmam que os índios são donos de

54 mil hectares de terras. Os 6.200 pataxós ocupam, no entanto, somente dois mil hectares. Ocupantes de 98,5% da área reivindicada pelos índios, os fazendeiros plantadores de cacau e pecuaristas devastaram a maior parte das terras e represaram os rios. A pequena área destinada aos índios está desmatada e sem condição de plantio. Muitas comunidades sobrevivem graças à água de carros-pipas ou retirada de riachos lamacentos.

— A terra para os pataxós é tudo. Sem ela, a condição de vida dos índios está cada dia mais precária — diz a missionária Alda

Oliveira, do Cimi de Itabuna.

O sonho de retomar as terras — são 420 fazendas nas mãos de 280 fazendeiros — já provocou inúmeros choques e várias mortes. Quando o índio Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo, no ano passado, estava em Brasília em busca de uma solução para o problema das terras invadidas. No dia do seu enterro, os pataxós se juntaram e reocuparam cinco fazendas do Sul da Bahia, respaldados por uma liminar judicial.

Perícia confirmou terras de Pataxós, mas STF não julgou

Desde a data da ocupação, cada noite é de pesadelo para as famílias que vivem nas fazendas. Wilson Jesus de Souza, de 33 anos, cacique da aldeia Caramuru-Catarina Paraguassu e sobrinho de Galdino, é um dos símbolos da resistência. Ele e outros nove líderes, que comandam 80 índios, se revezam na segurança para evitar uma invasão por pistoleiros de aluguel pagos pelos fazendeiros.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode pôr um ponto final na polêmica da disputa de terras. Está nas mãos de seus ministros um mandado de segurança impetrado pela Funai que questiona a legalidade de títulos de posse concedidos pelo Governo da Bahia aos fazendeiros.

O STF pediu à Justiça de Ilhéus uma perícia na área, que acabou confirmando os marcos históricos das terras dos pataxós. Os líderes indígenas que estão sendo mobilizados para a festa do descobrimento sugerem que uma boa forma de comemorar a data é o Supremo considerar ilegal os títulos de posse. Assim, os pataxós poderiam voltar para casa. ■

Roberto Stuckert Filho